

SERVIÇO PÚBLICO NÃO É NEGÓCIO PRIVADO

POR QUE E PARA QUE EXISTE O SERVIÇO PÚBLICO

Vivemos numa sociedade desigual onde alguns têm muito, outros têm alguma coisa e muitos têm pouco ou quase nada.

Em uma sociedade minimamente civilizada é preciso que haja atendimento à saúde, educação, assistência social, saneamento e água acessível a todos, coleta, reciclagem e descarte do lixo, preservação e boas práticas ambientais, acesso à moradia e transporte urbano, cultura e lazer, entre outros serviços.

Nesse sentido, cabe à União, estados e municípios terem políticas e serviços que contemplem estas necessidades e garantam dessa maneira a cidadania e o direito de qualidade de vida a todos além de viabilizar com isso a vivência em comum na sociedade.

Portanto, mesmo em sociedades capitalistas como a nossa o serviço público tem como papel o atendimento destas demandas e tem um custo tarifário visando a manutenção e o aprimoramento destas atividades. **E além de tudo o serviço público: custa menos e é mais barato!**

Já as empresas e empreendimentos privados têm como objetivo lucrar em cima dos produtos vendidos e serviços prestados. Portanto, é incompatível com o interesse público a transformação do serviço público em negócio privado através da privatização, concessão, parcerização, terceirização e conveniamentos, pois o seu custo será maior para o contribuinte, pela sua própria natureza de querer obter o lucro fácil em cima dos usuários. Sendo assim, **o serviço privatizado tem menor qualidade e custa mais caro!**

A empresa privada não tem a transparência e o comprometimento que possui o serviço público com o interesse comum da população.

Porto Alegre já foi uma referência em termos de serviços e políticas públicas de atendimento ao conjunto da população, em especial aos mais pobres. Nos últimos anos, em especial a partir da gestão do prefeito Marchezan Júnior e tendo continuidade com a atual administração do prefeito Sebastião Melo estabeleceu-se uma política de privatização dos serviços públicos da cidade. Isto ocorreu através dos processos de conveniamentos, terceirizações, parcerizações e tentativas em andamento de privatizações (exemplo: DMAE).

Para justificar esses procedimentos, alega-se que o privado é mais eficiente e ágil do que o público. Ao mesmo tempo, cria-se um problema com o sucateamento e a precarização das estruturas e meios de funcionamento dos serviços públicos para apresentar a solução: a privatização nas suas mais variadas formas.

Isso é visto e sentido por todos os usuários que precisam ou dependem dos serviços públicos em Porto Alegre em todas as áreas: educação (SMED), saúde (SMS), assistência social (FASC), meio ambiente (SMAMUS), saneamento da água (DMAE), coleta do lixo (DMLU).

Por isso defendemos a imediata suspensão de todas as formas de privatização (conveniamento, terceirização, parcerias público-privadas (PPPs), concessão) do serviço público em Porto Alegre que são formas de apropriação das receitas da prefeitura pela iniciativa privada que desta maneira perde sua autonomia e sua capacidade de incidir diretamente no atendimento e resolução das demandas da população tornando-se refém de contratos (muitos deles com um caráter de monopólio) passando a arrecadar do contribuinte para garantir o lucro das empresas contratadas. Estas, em sua esmagadora maioria, tendem a conter custos e despesas para aumentarem os seus lucros através da precarização do atendimento à população.

Para que Porto Alegre volte a ter um serviço público de qualidade em todas as áreas e acessível a toda a população é necessário que seja valorizado através de:

- **Realização de concursos públicos para todos os cargos, em todas as áreas onde se fazem necessários;**
- **Imediata nomeação de servidores públicos concursados e aprovados em concursos já realizados e em vigência;**
- **Retorno da autonomia administrativa de caráter técnico nas secretarias e autarquias;**
- **Imediata retomada de investimentos nas condições de trabalho, infraestrutura e equipamentos necessários para o bom andamento dos serviços a serem prestados;**
- **Fim da política superavitária da prefeitura que só pode ser realizada às custas do arrocho salarial dos servidores municipais e da não oferta e execução de serviços para a população.**

